

## **Direito Sistêmico – As três Leis Básicas de Bert Hellinger aplicadas como recurso nas soluções adequadas para resolução de conflitos no Sistema Judicial Brasileiro**

**Vânia Soraia Custódio Neto**

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo demonstrar as soluções adequadas na resolução de conflitos que tem contribuído para a pacificação social. Além das práticas restaurativas, vem se desenvolvendo nos tribunais brasileiro o Direito sistêmico, isto é, uma abordagem fenomenológica sistêmica como recurso pré-processual ou endoprocessual. Tal método, amplia o olhar e a escuta do jurisdicionado permitindo que as partes conflitantes do processo tenham a oportunidade de reconhecer as origens dos emaranhamentos relacionais e o melhor caminho para a conciliação de forma efetiva, através das dinâmicas familiares, organizacionais e institucionais por meio de práticas vivenciais, favorecendo o entendimento de ambas as partes para a efetiva pacificação. Os resultados alcançados são visíveis devido à baixa reincidência processual de litígios, baixo impacto no orçamento forense, prestação terapêutica voluntária para constelar e espaços humanizados nos fóruns. Conclui-se que está ocorrendo uma mudança positiva nos tribunais que abriram para o novo, promovendo um aumento significativo de acordos, com advogados (as) mais conscientes solicitando as constelações como práticas pré- processuais e um desafogar do sistema judicial de forma gradual e eficaz.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direito Sistêmico. Resolução de conflito. Fenomenologia sistêmica pré-processual. Pacificação social. Desjudicialização.

**ABSTRACT:** This article aims to demonstrate the appropriate conflict resolution solutions that have contributed to social pacification. In addition to restorative practices, systemic law has been developing in the Brazilian courts, a systemic phenomenological approach as a pre-procedural or endoprocedural resource. Such a method broadens the jurisdictional view and listening allowing conflicting parts of the process to have the opportunity to recognize the origins of relational entanglements and the best path to reconciliation effectively through family, organizational and institutional dynamics through experiential practices. favoring the understanding of both parties for effective pacification. The results achieved are visible due to the low procedural recurrence of disputes, low impact on forensic budgeting, voluntary therapeutic provision for constellation and humanized spaces in the forums. It is concluded that there is a positive change in the courts that have opened to the new, promoting a significant increase in settlements, more conscientious lawyers requesting the constellations as pre-procedural practices and a releasing of the judicial system gradually and effectively.

**KEYWORDS:** Systemic law. Conflict Resolution. Preprocedural systemic phenomenology. Social pacification. Dejudicialization.

## SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	4
1	SOLUÇÕES ADEQUADAS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	5
2	BERT HELLINGER E SEU LEGADO.....	8
2.1	As origens das Constelações Sistêmicas e referências científicas de Bert Hellinger.....	9
2.1.1	O que são Constelações Sistêmicas Fenomenológicas na visão de Bert Hellinger.....	12
2.1.2	As três leis sistêmicas e as forças que atuam no sistema.....	14
3	SAMI STORGH PIONEIRO DA APLICAÇÃO SISTÊMICA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO.....	16
3.1	A postura sistêmica do profissional do Direito.....	18
3.1.1	Advocacia Sistêmica e Modelo de Gestão.....	20
3.2	Quem pode Constelar e quando não Constelar.....	22
4	APLICAÇÃO DO DIREITO SISTÊMICO NOS ESTADOS FEDERATIVOS DO BRASIL.....	23
4.1	Desjudicialização.....	25
4.1.1	Projeto de Lei à Comissão de Legislação da Câmara dos Deputados...	26
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
	REFERÊNCIAS.....	29

## INTRODUÇÃO

Bert Hellinger deixou uma vasta e expressiva obra literária sobre as constelações sistêmicas familiares, com estudos de casos e referências de uma atuação sem “julgamento” como constelador (a) nas dinâmicas vivenciais e em outras possibilidades de constelar, utilizando-se do método fenomenológico por ele desenvolvido, em que consiste dentro do sistema honrar o pai e a mãe, honrar os antepassados, incluir os excluídos “porque os vínculos nunca se desfazem” e ter as três consciências: Pessoal, Grupo e Espiritual.

Portanto, Bert Hellinger teve uma forte influência de renomados cientistas do século passado nas áreas da Psicologia, Psiquiatria, dentre outras, baseando-se na escola de “Palo Alto” na Califórnia que já desenvolvia experimentos das constelações familiares e métodos como: Terapia Primal, Imagens Internas, Psicodrama, Gestalt, Vínculos Invisíveis, Transgeracionalidade, Hipnose terapia, entre outros pesquisadores, no campo da Biologia, com estudo dos Sistemas e Campos Morfogenéticos.

Para Bert Hellinger, o que importava era a observação e teve como fonte inspiradora a Tribo Zulu, na África, o que intuiu a visão sistêmica dos relacionamentos que denominou de “força do clã”.

Não se pretende abarcar totalmente o tema objeto desta pesquisa, pelo fato de ser um método inovador, fenomenológico sistêmico que está sendo aplicado como um recurso a mais no auxílio das práticas de mediação e conciliação nos tribunais de dezessete Estados da União. Tem como fundamento teórico, as constelações sistêmicas e familiares baseadas numa “Lei Maior”, segundo o filósofo e psicoterapeuta Bert Hellinger, as quais foram objeto de pesquisa empírica pelo juiz de direito Sami Storgh, lotado no Tribunal de Justiça da Bahia, com o objetivo de levar às Comarcas de Amargosa e Castro Alves um novo “olhar” do Direito para a resolução dos conflitos, através de palestras vivenciais em grupo com a participação das partes ou apenas uma delas, no qual obteve a empatia dos jurisdicionados com o método aplicado.

Pôde-se constatar que em alguns dos processos em que as partes estiveram presentes nas dinâmicas, o índice de conciliação foi maior. Nos casos em que apenas uma das partes esteve presente, o índice foi satisfatório, como em

outras vivências na fase pré-processual nas mesas de conciliação/mediação ou no curso do processo.

Para a realização do presente trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa, utilizando como recurso à revisão sistemática de livros, artigos e bibliografias, tendo como objetivo responder a uma pergunta de pesquisa e os resultados observados no desenvolvimento trabalho.

## **1 SOLUÇÕES ADEQUADAS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

Atualmente fala-se muito sobre a Teoria do Conflito que se tornou um tema recorrente nos meios jurídicos brasileiros. Sabendo que tais conflitos são tão antigos como a humanidade, poderemos defini-los como uma crise nas relações entre os indivíduos.

A partir da década de 70, começaram a surgir os primeiros ensaios contemporâneos sobre a Conflitologia, ciência que estuda os conflitos intra e interconscienciais de todas as naturezas, sendo objeto de pesquisas de vários ramos da Ciência como a Sociologia, Ciências Sociais, Pedagogia, Psicologia, Medicina e atualmente o Direito.

A moderna teoria propõe o resgate do diálogo entre as partes, com a participação de uma terceira pessoa, um facilitador (a) em um processo negocial, permitindo a construção do consenso através dos métodos autocompositivos de Mediação, Conciliação e Arbitragem, na construção de um acordo mutuamente satisfatório.

Os métodos autocompositivos (Mediação e Conciliação) não devem ser considerados como alternativas secundárias à justiça formal, mas como via igualmente preferencial destinada ao tratamento adequado de conflitos.<sup>1</sup>

Com preocupação semelhante, Flávio Yarshell acrescenta:

“[...] a conciliação não pode ser prioritariamente vista como forma de desafogar o Poder judiciário. Ela é desejável essencialmente porque é mais construtiva. O desafogo vem como consequência, e não como a meta principal [...]”<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup>BADINI, Luciano. Negociação para membros do Ministério Público. 2017.110 slides.

<sup>2</sup>YARSHELL, Flávio Luiz. “Para pensar a Semana Nacional da Conciliação”. Folha de São Paulo, 08.12.2009, pág.A3

Embora seja a função precípua das Ciências Jurídicas de compor as controvérsias a pretensão resistida, o Poder Judiciário brasileiro lançou um olhar para a tendência mundial que busca meios mais adequados de resoluções de conflitos.

A Emenda Constitucional 45/2004, materializou a reforma no Poder Judiciário e criou, em 2005, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que atua em todo o território nacional e que editou a Resolução 125/2010 que:

“[...] tem como objetivo a consolidação de uma política permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios, e não tão somente ações pontuais [...]”<sup>3</sup>

André Gomma de Azevedo, juiz, ex-membro do Comitê Gestor do Movimento pela conciliação do CNJ, registra que:

“[...] ao falar-se em abandono de fórmulas exclusivamente jurídicas, o que a doutrina propõe é a implementação no nosso ordenamento jurídico processual de mecanismos processuais que efetivamente complementam o sistema instrumental, visando o melhor atendimento dos seus escopos fundamentais e, até mesmo, que alcance metas não pretendidas pelo processo judicial.”<sup>4</sup>

Em 2016, foi atualizada a Resolução nº 125/2010 do CNJ, através da Lei 13.140/2015, que incorporou uma Política Nacional para tratamento dos conflitos de interesses. Tais práticas serviram para ajudar a desafogar o judiciário como um todo, adequando-se as normas que dispõe sobre a autocomposição, que podem ser mais eficazes que o próprio processo.

Assim, o Novo Código de Processo Civil consagra em seu Art. 3º. § 3º, que a conciliação, a mediação e outros métodos de soluções consensuais de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público. Fredie Didier Júnior (2015)<sup>5</sup> menciona em seu livro que o Novo Código Civil “[...] dedica um capítulo inteiro para regular a mediação e a conciliação [...]”.

Portanto, atento às mudanças da sociedade, o Código de Processo Civil estabeleceu que os institutos de mediação e conciliação, devem ser considerados

<sup>3</sup>LEVY, Fernanda. Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça: Leitura comentada, 2011. Disponível em <<https://www.mediare.com.br/resolucao-n-125-do-conselho-nacional-de-justica-leitura-comentada>> Acesso em 17 Out. 2019.

<sup>4</sup>AZEVEDO, André Gomma. O processo de negociação: uma breve apresentação de inovações epistemológicas em um meio auto compositivo. Revista dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Brasília, nº 11. 2001. p.13 à 24.

<sup>5</sup>DIDIER, Fredie Júnior. Curso de Direito Processual Civil. Editora JusPodivm. 2015. p.273.

instrumentos efetivos de pacificação, solução e prevenção de litígios, sendo o primeiro acesso ao Judiciário, inovando para que as pessoas possam tratar seus conflitos de forma orientada, imparcial, efetiva, célere, com a devida compreensão do problema e as consequências do acordo.

Além dos institutos da mediação e conciliação, temos o instituto da arbitragem onde conflitos, geralmente de natureza contratual, abrem mão da jurisdição estatal e através das Câmaras de arbitragem, nomeiam um árbitro que emite uma sentença, dando fim ao processo no qual não se prevê recursos.

Por outro lado, considerando que a sociedade tem uma cultura arraigada de litígio, percebe-se que o judiciário é um retrato desse fator social, no qual deságua toda a amargura contida nos conflitantes.

Dessa forma, as mesas de conciliação e mediação tem se firmado de forma eficaz, como método autocompositivo nos Centros de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC's), no qual vem crescendo os números de acordos com índices favoráveis, independentemente de fecharem ou não o acordo, porque as pessoas envolvidas no conflito sentem-se acolhidas no Poder Judiciário e conseguem restabelecer um canal de comunicação através das técnicas de mediação adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Os métodos adequados para a resolução de conflitos traz uma proposta de mudança de paradigmas no sistema judicial. As Constelações Sistêmicas, ciência trazida para as relações humanas, são técnicas de terapias breves, voltada para as soluções e que utiliza imagens representadas pelo grupo, desenhos, por bonecos (playmobil) e outras formas possíveis.

Tal método surgiu fortemente nos tribunais brasileiro em 2016, como meio de solucionar os conflitos e visando à pacificação social, possibilitando as partes envolvidas visualizar o conflito de uma forma sistêmica, aproximando-se do campo da percepção e do sentir e fazendo com que as partes compreendam a dinâmica do conflito, buscando o melhor meio para a solução, fortalecendo os laços, apaziguando-se e promovendo a cultura da paz na sociedade.

É importante ressaltar que o Direito Sistêmico não veio separar e nem criar um novo ramo do Direito. Ele é mais amplo e tem uma nova possibilidade de olhar o Direito, sendo que tudo faz parte de um sistema como um todo. Ocorre na fase pré-processual ou no curso do processo, onde os jurisdicionados são convidados a participarem de uma palestra como voluntário, sendo que a técnica

aplicada por tais voluntários nos tribunais com formação em constelação sistêmica familiar é a que foi desenvolvida pelo terapeuta alemão Bert Hellinger.

Portanto, a expressão “Direito Sistêmico” termo cunhado por Sami Storgh, juiz de direito, surgiu da análise do Direito sob a ótica baseada nas ordens superiores que regem as relações humanas, tema que será abordado no próximo capítulo onde “todos ganham”, porque traz como princípio as Leis do Amor que possibilita a resolução dos conflitos na esfera do inconsciente e restaura as relações pelo entendimento e compreensão.

## **2 BERT HELLINGER E SEU LEGADO**

Anton Suitberg Hellinger é fundador e criador das técnicas das constelações sistêmicas, nasceu em 16 de Dezembro de 1925, em Leimen na Alemanha e é o segundo de três filhos do casal Albert Hellinger e Anna Hellinger.

Após dois anos de seu nascimento, a família mudou-se para Studgar e mais tarde para Colônia onde Bert Hellinger concluiu sua escola primária. Aos 10 anos, foi para o internato de meninos de Aloysianum, na pequena Lohr, onde passou parte de sua infância e juventude.

Em 1940, foi estudar no colégio Friedrichs gymnasium, em Kassel, cidade situada ao norte do estado de Hessen no centro da Alemanha, concluindo seus estudos. Em 1943, foi recrutado para o exército francês como soldado, tornando-se prisioneiro de guerra em 1944 e retorna para a Alemanha após um ano de cárcere.

Apesar de um período de experiências traumáticas da guerra, inicia seus estudos no curso de teologia na universidade de Würzburg, em 1947, sendo ordenado a padre, em 1952, quando é enviado para a diocese em Mariannhill, próximo a Durban na África do Sul, dando continuidade aos estudos pela universidade de Pietermaritzburg e forma-se em Pedagogia.

Além disso, “Bert” aprendeu a língua do povo Zulu e passou, durante os seus dezesseis anos de convivência, a ser o elo de comunicação entre os missionários e esta tribo africana considerando de grande relevância e aprendizado a forma harmônica, digna e o respeito mútuo entre seus pares e a reverência aos pais, o qual intuiu a visão sistêmica dos relacionamentos.



Em 1969, de volta ao seu país, atua como diretor do Seminário da Ordem de Mariannahill e inicia seu contato com a psicologia e a psicanálise, na universidade de Würzburg.

A partir do ano de 1971, começa a trabalhar como psicoterapeuta e em 1974 vai para os Estados Unidos estudar a Terapia Primal, Gestalt e Terapia Transacional e análise de Script.

Além disso, Bert Hellinger utiliza dos conceitos da Teologia ciência que estuda a religião e a fé, funde com a Filosofia, que aborda os questionamentos sobre o conhecimento e sabedoria humana, unindo-os sem exceção, em seu dia a dia, construindo novos saberes com embasamento científico, através de uma observação sistêmica, isto é, “olhar para as coisas que até então não eram vistas”.

Bert Hellinger foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2011, escreveu 108 livros, suas obras foram traduzidas para 20 países, criou a “Hellinger Schule” e gerida pela sua esposa Sophie Hellinger. Faleceu em 19/09/2019 deixando um legado enorme para que sua obra continue conforme suas palavras. Para ele, o sistema é movimento e “Tudo é o começo, com o fim começa”.

## **2.1 As origens das Constelações Sistêmicas e referências científicas de Bert Hellinger**

O conhecimento científico é a informação e o saber que parte do princípio das análises dos fatos reais e cientificamente comprovados de experimentos e observações para atestar a veracidade ou não do objeto de pesquisa.

Bert Hellinger fez uma intensa pesquisa da produção teórica e observação empírica de seus antecessores e contemporâneos que colaboraram no processo de construção das constelações familiares sistêmicas, nas quais têm características filosóficas, científicas e um corpo de conhecimento sobre os relacionamentos humanos, podendo ser aplicada em todas as áreas do conhecimento.

Alfred Adler (1870-1937), médico e psicólogo austríaco, que frequentou o mesmo liceu de Sigmund Freud, apresentou suas contribuições na psicanálise sendo um dos primeiros autores a discordar de Freud sobre o conceito de inconsciente. Alfred defendia uma abordagem finalista do comportamento e não causal, sendo o primeiro a utilizar o termo “constelação familiar”.

Freud, no livro “Totem e Tabu”, revela a possibilidade de um sentimento se transmitir de geração a outra geração e já intuía a importância da transmissão transgeracional ao declarar:

“Se os processos psíquicos de uma geração não se transmitissem para outra geração, se não continuassem na outra, cada qual seria obrigada a recomeçar seu aprendizado de vida, o que excluiria todo o progresso e desenvolvimento.”<sup>6</sup>

Por outro lado, Carl Jung difere de Freud no seu conceito de inconsciente. Para Jung, este transcende o individual. Formulou o inconsciente coletivo dizendo que no futuro outros estudiosos conseguiriam entender os processos transpessoais. De acordo com Carl Jung (2016), “Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana seja apenas outra alma humana”.

Em 1930, Jakob Moreno, psicoterapeuta vianês, desenvolveu o Psicodrama. Moreno trouxe o teatro para a psicologia através das representações individuais. Os clientes e espectadores eram chamados para participarem de uma representação, onde expõe seus dramas e angústias tendo como objetivo cada um buscar alternativas de ações para situações difíceis. Assim, trabalhou com o conceito de co-inconsciente.

Ludwing Von Bertalanffy, austríaco e biólogo, ganhou prêmio Nobel e criticou a visão de que o mundo é dividido em diferentes áreas. No início dos anos de 1950, começaram os ensaios científicos da Teoria Geral dos Sistemas (T.G.S) através de pesquisas exploratórias, em busca de um modelo explicativo do comportamento de um organismo vivo e cria a sinergia (momento em que o todo é maior que toda a parte), na busca de um objetivo maior de forma inter e intradependentes. Atualmente, os sistemas tem enfoque metodológico e de ampla aplicação em várias áreas do conhecimento com uma visão holística e integradora.

Podemos citar também o pesquisador cientista Gregory Bateson, antropólogo, cientista social e um dos fundadores do “Mental Research Institute Palo Alto”, na Califórnia EUA, que na década de 1960 foi considerado o pai das constelações familiares sistêmicas. Bateson desenvolveu a Teoria do “Duplo Laço”

---

<sup>6</sup>FREUD, Sigmund. Totem e tabu e outros trabalhos. Vol. XIII. p100. Disponível em <[http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/clubedeleituras/ipload/e\\_livros/clle000164.pdf](http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/clubedeleituras/ipload/e_livros/clle000164.pdf)> Acesso em 06 Nov. 2019.

para explicar a origem psicológica da esquizofrenia que se refere aos relacionamentos contraditórios de afeto e agressão simultaneamente, onde duas pessoas estão fortemente envolvidas emocionalmente e não conseguem se desvincular uma da outra.

De acordo com a escritora Adhara Campos Vieira “A escola de pesquisa de Palo Alto influenciou o pensamento de Bert, ao atentar para a força do sistema sobre o comportamento do indivíduo, que por sua vez, atua e reage ao estímulo do ambiente no qual está inserido”.

Assim como outros pesquisadores integrante do Institute “Palo Alto”, Virginia Satir, americana, psicoterapeuta creditada como mãe da terapia familiar com forte influência humanista, participou com Gregory Bateson da pesquisa da formulação da Teoria do “duplo vínculo”, que trata da comunicação paradoxal que provoca desequilíbrio emocional grave nos componentes familiares pela dificuldade de interação, “a fala diz algo mas as ações dizem o contrário” tendo lastreado seus trabalhos com as “esculturas familiares”, isto é, a imagem interna que o cliente tem do seu sistema familiar.

Neste cenário de pesquisas, com foco nas dinâmicas familiares, a cientista Joséphine Hilgard, médica francesa, publicou em 1954, uma pesquisa que se tornou mundialmente conhecida sobre a “Síndrome do Aniversário”, fenômeno que delimita uma zona temporal de perigo para a família, período em que os componentes familiares ficam mais vulneráveis às repetições de acontecimentos dramáticos, tendo como exemplo o clássico “A Maldição dos Kennedy”, e não menos importante pelas suas pesquisas, o conceituado psiquiatra-húngaro Ivan Boszormenyi-Nagy que trouxe o conceito de lealdade no trabalho psicoterapêutico com as famílias. Ele enfatizou a importância da lealdade familiar, da repetição transgeracional de segredos (os segredos de família inconfessáveis), assim como outros elementos que estão contidos nas constelações familiares. Elizabeth Kübler-Ross, psiquiatra suíça, desenvolveu um trabalho de pesquisa com pessoas moribundas (velhos e jovens) chegando à conclusão de que a morte não existe.

Sobre esse enfoque Kübler-Ross diz o seguinte:

“Dizemos que uma pessoa é como uma borboleta. O casulo é o que ela vê no espelho. É apenas uma morada temporária do seu eu real. Quando esse casulo fica irreversivelmente danificado, a pessoa morre, e o que

acontece é que o casulo, constituído de energia física vai simbolicamente falando: liberta a borboleta”.<sup>7</sup>

Arthur Janov, renomado psicoterapeuta americano, no fim dos anos 60 observou algo que veio a ser conhecido como “Grito Primal”, trabalho que passou a se desenvolver nas análises com o cliente focado tanto nas reexperiências de momentos difíceis quanto em liberar o que está oprimido.

Por outro lado, Erick Berne, psiquiatra canadense, desenvolveu a “Análise Transacional”, conhecida como a teoria da personalidade, que é uma psicoterapia sistêmica, tendo como objetivo o crescimento e a mudança pessoal que, em muitos casos acaba se transformando em uma filosofia de vida.

Bert Hellinger, no Livro “Ordens do Amor” (2018), cita influências recentes na década de 70, quando foi para os Estados Unidos participar de um seminário e teve contato com Ruth McClendon e Les Kadis, o que o deixou muito impressionado com as técnicas aplicadas por elas de abordagem em constelações familiares. Por fim, seu contato com Milton Erickson, psiquiatra especialista em terapia familiar sistêmica, trabalhou com hipnose tornando-se uma autoridade da técnica.

As constelações não é um trabalho puramente empírico. Está fundamentado dentro da Psicologia em que as quais Bert Hellinger tomou como referência vários pesquisadores cientistas para desenvolver sua técnica que denominou de “Terapia Sistêmica Fenomenológica ou Constelação Familiar”. Segundo Bert, os sistemas estão embasados nas Leis sistêmicas intitulados de “Lei do Amor”. Esta lei natural a que todos estamos submetidos, divide-se em três leis básicas: Lei do Pertencimento, Lei da Hierarquia e Lei do Equilíbrio e serão desenvolvidas mais detalhadamente no sub item 2.1.2.

### **2.1.1 O que são Constelações Sistêmicas Fenomenológicas na visão de Bert Hellinger**

As constelações familiares já são utilizadas há mais de 30 anos no mundo. Bert Hellinger aprimorou e desenvolveu a técnica como “terapia breve”, dando início em 1978, com as constelações familiares com o propósito de liberar o indivíduo de seus medos, traumas, carências, destinos difíceis, enfermidades,

---

<sup>7</sup> ROSS, Klüber. 2003.

relações problemáticas entre outras. Em seu Livro “Constelações Familiares”<sup>8</sup>, o autor aborda as tensões do presente que tem origem no passado e na repetição de conflitos, comportamentos e acontecimentos na história familiar que chamou de (Clã) transgeracionalidade.

O que Bert Hellinger traz de novo para as constelações é “olhar para o essencial”. Segundo ele, honrar os pais e os antepassados, desfazer os emaranhamentos, incluir os excluídos do sistema familiar, trabalhar a culpa de forma consciente positiva para o equilíbrio dos débitos e créditos da família, colocar cada membro em seu devido lugar e redistribuir a justiça entre os vivos e mortos daquele sistema familiar, traz a paz e libera para que cada um siga o seu destino de forma mais leve.

Lêda Andrade menciona uma frase do filósofo Bert Hellinger que “a constelação familiar leva o indivíduo ao antigo e ao novo, faz a conexão entre passado, presente e futuro e o expõe a ‘Grande Alma’”.<sup>9</sup>

Assim, o contato com a alma, este campo dotado de saber, conecta com a ancestralidade e está irremediavelmente unido graças a esta lealdade invisível que Bert denominou como clã. Cada família tem suas próprias regras para que possam fluir de maneira harmônica. Caso estas sejam desrespeitadas, fatalmente se tornará um problema complexo e doloroso, que deverá ser olhado e ordenado.

No entanto, a fenomenologia filosófica, segundo o desenvolvedor do sistema, vai de encontro com o essencial e revela o que está oculto. Em outras palavras, a consciência atua como um órgão sensor de equilíbrio sistêmico entre o dar e o receber. Esta consciência revela sentimentos de “inocência ou culpa”, corresponde à consciência moral, seguimos o que se reconhece como consciência sentida. No primeiro momento, o que nos faz declarar a inocência são os valores familiares e a educação recebida. A consciência oculta (culpa) é o que emerge repentinamente, nos pune e é sentida como exclusão e a oposição entre as duas consciências é a base de toda a tragédia familiar. A boa consciência nos traz a segurança (o pertencimento) familiar, nutre os pensamentos (o amor é cego), a má consciência nos traz o receio do (não pertencimento) me lança a

---

<sup>8</sup> HELLINGER, Bert. Constelações Familiares. Editora Cultrix, 16ª reimpressão. 2019. p. 12.

<sup>9</sup> ANDRADE, Lêda A. Araripe, em sua obra - A família e suas Heranças Ocultas. 1ª Edição. Ebook Kindle. 2016.

oportunidades, não ocupo o lugar do outro (o amor é claro) por não cumprir com expectativas.

Esses conhecimentos, porém, não resultam apenas da percepção filosófica e da utilização filosófica do método fenomenológico. Foi necessária ainda outra via de acesso: a do “saber por participação”. Essa via se abre através das constelações familiares, quando acontecem sob o enfoque fenomenológico.<sup>10</sup>

Assim, a fenomenologia psicoterapêutica atua por representação no campo de forças invisíveis pela conectividade ampliada. Segundo Rupert Sheldrake, doutor em bioquímica pela Universidade de Cambridge, estudou história e filosofia em Harvard, sinaliza que há uma memória coletiva atuante dentro desse sistema. A ressonância mórfica tende a reforçar qualquer padrão repetitivo, seja ele bom ou mal. São esses campos morfológicos que nos movimentam e nos liga com a nossa ancestralidade, nas quais as informações estão contidas no ADN (Ácido desoxirribonucleico) que são características genéticas físicas e emocionais que complementam o Ser. Atualmente é objeto de estudos em grandes laboratórios científicos de grandes potências, o desenvolvimento do ADN, que é a criação de proteínas mais perfeitas e sensíveis para detectar a existência da sobrevivência da alma que está interligada nos universos paralelos.

Logo, para serem eficazes as constelações, o terapeuta “constelador” e os representantes do constelado (pai, mãe, irmãos, etc.) devem agir sem interferências do medo, julgamentos, renúncias e aceitar a constelação da forma que ela se apresenta para um efetivo resultado.

### **2.1.2 As três leis sistêmicas e as forças que atuam no sistema**

Todos os sistemas humanos são regidos por leis básicas.

Poeticamente, Divaldo Pereira Franco, menciona:

“A constelação familiar recorda o equilíbrio que vige no universo: os astros menores giram atraídos pela força dos maiores, no caso específico das estrelas, planetas, satélites e asteroides... No caso, em tela, são os pais as estrelas de primeira grandeza cuja força gravitacional impõe-se aos filhos, na condição de planetas à sua volta, assim como de futuros

---

<sup>10</sup> HELLINGER, Bert. Ordens do Amor. Editora Cultrix. 12ª reimpressão. 2018. p.17.

satélites que volutearão no seu entorno sob atração da afetividade, que são aqueles que se vinculam aos descendentes.”<sup>11</sup>

Bert Hellinger foi além quando disse que existia uma Lei Maior que denominou como “Ordens do Amor”. Quando esta lei é violada implicam em problemas sérios para todo o sistema que a ela está vinculada e a esta Lei Maior estão subordinadas as leis do Pertencimento, Hierarquia e Equilíbrio. Bert diz que “por isto procuro sempre antes de tudo pelo amor e oponho-me a tudo que o coloque em risco”<sup>12</sup>

Como descreve Maristela Nardy,

“Uma ave quando voa pode voltar-se para qualquer direção, mas o que vemos é o bando conduzir-se como um todo. Cada ave submete-se ao esquema geral do bando e, graças a essa submissão, continua a participar do grupo. De vez em quando, uma ou outra pode sair um pouco do movimento, para em seguida, juntar-se ao todo novamente. Ela é parte do movimento, ela influencia, mas não determina o movimento”.<sup>13</sup>

Entretanto, para o psicoterapeuta Bert Hellinger, são as três Leis universais que regem os sistemas de relacionamentos:

Primeiramente, temos a Lei do Pertencimento. Segundo Bert é a Lei de maior significado nos relacionamentos. É “O direito de pertencer”, isto é, todos os membros tem o direito de pertencer a um sistema (familiar, organizacional, institucional, etc.). Se algum membro é excluído, outro membro tomará seu lugar, repetindo seu destino. Estes vínculos são inquebrantáveis e estão interligados para toda a eternidade.

“Pertencer à nossa família é necessidade básica. Esse vínculo é o nosso desejo mais profundo. A necessidade de pertencer a ela vai além até mesmo da nossa necessidade de sobreviver. Isto significa que estamos dispostos a sacrificar e entregar a nossa vida pela necessidade de pertencer a ela”.<sup>14</sup>

A segunda lei é a Lei Hierarquia. Os que chegam antes têm prevalência. Acredita-se que “Essa ordem não pressupõe obediência automática e sim precedência e respeito”. Quando a lei é preservada, os posteriores respeitam os antecessores, respeitam sem julgamento, sem recriminações. São gratos pelo simples fato de estarem vivos, se sentem livres para moverem-se em novas

<sup>11</sup> FRANCO, Divaldo Pereira. Constelações Familiares. Editora Leal. 2008.p. 24.

<sup>12</sup> HELLINGER, Bert. Ordens do Amor. Editora Cultrix. 12ª reimpressão. 2018.

<sup>13</sup> GARLET, Ana. As 3 Leis do Relacionamento Humano. Disponível em :<<https://iperixo.com/2016/01/19/as-3-leis-do-relacionamento-humano-trazidas-por-hellinger-e-que-sao-a-base-das-constelacoes-familiares/>> Acesso em 09 Nov. 2019.

<sup>14</sup> HELLINGER, Bert. A Cura. p.17.

direções sem a pretensão de fazer melhor ou corrigir o passado. Movimentos contra a ordem podem resultar em doenças e sintomas, que na verdade são movimentos do amor, trazendo à luz um amor oculto por alguém do próprio sistema.<sup>15</sup>

“O ser é estruturado pelo tempo. Através dele recebe seu posicionamento. Quem entrou primeiro em um sistema tem precedência sobre quem entrou depois. Sempre que acontece um desenvolvimento trágico em uma família, uma pessoa violou a hierarquia do tempo”.<sup>16</sup>

Por último, temos a Lei do Equilíbrio, ou seja, quem chega depois, respeita quem veio antes. “É estabelecido pelo dar e receber.” Nas relações entre os iguais, entre aqueles que não estão submetidos a uma hierarquia, o equilíbrio se constitui como elemento central. Desse modo, “existe desequilíbrio quando recebemos demais e damos de menos, ou quando damos demais e recebemos menos”.<sup>17</sup>

“O que dá e o que recebe conhecem a paz se o dar e o receber forem equivalentes. Nós nos sentimos credores quando damos algo a alguém e devedores quando recebemos. “O equilíbrio entre crédito e débito é fundamental nos relacionamentos”.<sup>18</sup>

### **3 SAMI STORGH PIONEIRO DA APLICAÇÃO DO DIREITO SISTÊMICO NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO**

Passados 31 anos da promulgação da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, podemos observar que ocorreram mudanças significativas na Lei Maior por ser um organismo vivo que adapta as transformações da nossa sociedade.

Por isso, foram feitas alterações no texto constitucional de 1988 com mais de cem emendas, em, a Emenda 45/2004 que teve por objeto a reforma do Poder Judiciário e a reestruturação do sistema judicial para que a justiça fique mais rápida, efetiva e menos lenta que a média mundial, incluindo no artigo 5º o inciso LXXVIII “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Décio Jr; MAGALHÃES, José. Um novo olhar para a resolução de conflitos. Ebook. p.6.

<sup>16</sup> HELLINGER, Ordens do Amor. p. 37.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, Décio Jr; MAGALHÃES, José. Um novo olhar para a resolução de conflitos. Ebook. p.6.

<sup>18</sup> HELLINGER, A Simetria Oculta do Amor.



Com a Resolução nº 125/2010 do CNJ, instituiu no Brasil, a política pública de tratamento adequado dos conflitos jurídicos, com claro estímulo à solução por autocomposição (art. 1º).<sup>19</sup>

Com o advento do NCPC/2015, Lei 13.105/2015 foi sobremaneira ampliado os poderes dos juízes conforme artigo 139 inc. V, “promover a qualquer tempo a autocomposição, preferencialmente com o auxílio de conciliadores e mediadores judiciais”.

Porém, nem só de mudanças formais alimenta a Carta Magna. Há mutações constitucionais que são imperceptíveis e que ocorre através do diálogo da sociedade refletindo na própria mudança da Constituição.

Assim, as constelações familiares não são ferramentas específicas do profissional do Direito e tão pouco novo ramo das ciências jurídicas. Elas abrangem todo um arcabouço filosófico, sociológico e psicológico, entre tantas outras áreas de conhecimento que as constelações nos permitem acessar.

Neste contexto, Sami Storgh, juiz de direito atualmente em exercício na Comarca de Itabuna do Tribunal de Justiça da Bahia, [...] graduado na Faculdade de Direito da USP, Mestre em Administração Pública e Governo e Doutorando em Direito na PUC-SP, com tese em desenvolvimento sobre o tema “Direito Sistêmico, a resolução de conflitos por meio da abordagem sistêmica fenomenológica das constelações familiares”.<sup>20</sup>

Além disso, Sami Storgh venceu o Prêmio Innovare – edição X/2013 na categoria: juiz – Castro Alves/BA, uma das premiações mais respeitadas da justiça brasileira com o tema Direito Sistêmico: Constelações Sistêmicas Familiares aplicadas à justiça. Atualmente é [...] coordenador acadêmico do curso de pós-graduação em Direito Sistêmico “Latu Sensu”, na “Innovare Faculdade com sede em São Paulo/SP, que é parceira da Instituição Hellinger Schule (instituição educacional alemã comprometida com a Hellinger Ciencia®), atualmente oferece formação no Brasil, em parceria com a Cudec (Universidade do México)”

Por conseguinte, Sami Storgh, após experiências pessoais com as constelações familiares, desenvolveu em 2006 um projeto piloto de sua autoria na Comarca de Amargosa situada no Vale de Jiquiriçá/BA, onde atuava como juiz de direito, tornando-se pioneiro ao levar as constelações sistêmicas familiares para o

---

<sup>19</sup> DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 15. Ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 272.

<sup>20</sup> STORGH, Sami. Direito Sistêmico. 2019.

judiciário brasileiro. Começou adotando posturas próprias sistêmicas do método fenomenológico para o encaminhamento de soluções e observou que as partes aceitavam com mais clareza as decisões homologadas, quando emerge (insight) o que estava oculto nos conflitos.

O marco teórico da primeira constelação no judiciário brasileiro como recurso de terapia breve foi realizado em outubro de 2012 por representação dos (membros) das famílias de vários processos que tramitavam na “Vara de Família” para a vivência coletiva em forma de palestra “Separação de casais, o vínculo que nunca se desfaz”, o que pôde ser observado através da resposta positiva quando trabalha com a coletividade, reverberando em várias conciliações dos que estavam presentes na palestra sistêmica oferecida pelo Tribunal da Bahia aos jurisdicionados. A partir desse momento, o juiz de direito Sami Storgh ampliou o projeto para outras varas que atuou, obtendo resultados expressivos tendo como consequência natural a melhora percebida nos relacionamentos em geral e a redução dos conflitos na comunidade.

No entanto, as constelações se dão a nível pessoal, por representação coletiva, não verbalizada, através de bonecos, desenhos em audiências pré-processuais ou em curso dos processos, atingindo a todos os que estão envolvidos no sistema. Captam a energia atuante no campo mórfico segundo o cientista biólogo “Seldrake” ou “neurônios espelhos” definição trazida da neurobiologia e no campo das constelações familiares as ressonâncias morfo-sistêmica.

O Direito Sistêmico tem como proposta olhar para o conflito e analisar as ordens sistêmicas desenvolvidas por Bert Hellinger (pertencimento, hierarquia, equilíbrio), aplicadas no judiciário e observar como os profissionais da área lidam no dia a dia com os conflitos de modo a alcançar a pacificação nas relações humanas, através de uma postura sistêmica fenomenológica de forma resolutive. Segundo o psicólogo Marshall Rosenberg

“É a maneira como falamos e ouvimos os outros que está a chave para o problema das desavenças e discórdias”.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> ROSENBERG, Marshall. Comunicação não violenta. 2006. p.19.

### 3.1 A postura sistêmica do profissional do Direito

As constelações sistêmicas nasceram da nomenclatura “Familienaufstellen” que tem origem alemã e quer dizer: “colocar a família em seu devido lugar”. Com a lupa da compaixão, baseado na sinceridade e empatia, os que exercem as funções de juízes, advogados, promotores, mediadores, conciliadores, serventuários etc., devem manter-se em uma postura de ajuda; tornam-se um elo na busca da solução do conflito atrelado as Ordens da ajuda.

Segundo Bert Hellinger:

“[...] Dessa forma, treinamos juntos como ajudar o outro apenas até o ponto em que ele necessita, e como deixá-lo imediatamente em sua independência, quando ele percebe o essencial para si”<sup>22</sup>

Todavia, os profissionais da área jurídica sistêmica devem manter-se em seu centro, estar em equilíbrio para atuar no conflito, respeitar seu cliente sem julgar, reconhecer o limite das partes, comportar-se com humildade, trazer para o campo o olhar de todo o sistema envolvido a transgeracionalidade que leva em conta os fatores determinantes do indivíduo, considerando que o Direito Sistêmico é uma postura de servir e uma evolução natural dos relacionamentos, o que sugere as partes ter uma visão do que ainda não foi visto com uma escuta ativa (memória coletiva de um sistema) que repercute no campo morfogenético dentro do contexto observado.

Ainda segundo seu criador Sami Storgh:

“As constelações familiares são ferramentas por meios das quais Bert Hellinger descobriu a existência dessas ordens. As constelações podem ser usadas na Justiça para trazer à tona as raízes ocultas do conflito/questão e os caminhos para a pacificação/solução evidenciando-os de forma tocante e mobilizadora para as partes envolvidas”.<sup>23</sup>

Logo, as práticas das constelações familiares sistêmicas vem se expandindo como um recurso a mais no judiciário brasileiro, podendo ser usada como ferramenta pré-processual antes mesmo das conciliações e mediações ou no curso do processo, podendo ser aplicada em ações coletivas, Varas Criminais, Varas de Família, Varas Trabalhista, Vara Empresarial, Varas da Infância e

<sup>22</sup> HELLINGER, Bert. Ordens da ajuda. 2005.

<sup>23</sup> STORGH, Sami. Formação Constelação Familiar e Sistêmica segundo Bert Hellinger. 2019. Disponível em <<https://iperox.com/2017/04/11/seminario-do-direito-sistemico-em-florianopolis-as-constelacoes-familiares-de-berthellinger-no-judiciario/>>. Acesso em: 15 Nov. 2019.

Juventude, Reabilitação, Adoções e em outras áreas. Por ser algo novo dentro do judiciário é um campo aberto à exploração.

Consentâneo a estas transformações, o Código de Ética e Disciplina da OAB estabelece que ao tratar dos princípios fundamentais da advocacia é dever de todo advogado em seu artigo 2º. § único inc. VI -“estimular, a qualquer tempo a conciliação e a mediação entre os litigantes, prevenindo sempre que possível a instauração do litígio”. A constelação vem como uma espécie de pré-mediação nas lições de Adhara Campos Vieira (2017) idealizadora do Projeto “Constelar e Conciliar” em Brasília, DF/2015 e do Anteprojeto de Lei 412 proposto à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

As práticas das constelações sistêmicas geralmente são desenvolvidas nos Fóruns das Comarcas que aderiram a este projeto como forma autocompositiva de solução de conflitos de forma sistematizada, com intimação para audiência de conciliação e mediação, informação do local onde será feito o atendimento. São realizadas por um terceiro imparcial, sem poder decisório, na figura de um facilitador (a) com prática em abordagem sistêmica fenomenológica, sendo que os juízes (as) não podem aplicar as constelações nos tribunais brasileiros porque estarão violando o princípio da confidencialidade conforme Projeto de Lei nº 9.444/2017, art. 13 § 1º e posteriormente tornando-se suspeito conforme artigo 145 do CPC/2015 para julgar os casos.

Há uma exceção no interior da Bahia onde o idealizador do Direito Sistêmico no judiciário, Dr. Sami Storgh, continua aplicando as constelações na sua Comarca de atuação, tendo sido alvo de críticas por violar o artigo 145 do CPC/2015, (suspeição do juiz), já que o lugar do juiz é diametralmente oposto ao do constelador(a) que não “julga”, torna-se antiético julgar como “juiz constelador” num processo que será analisado (julgado) por ele mesmo, violando um dos princípios da constelação sistêmica que tem por base o “não julgamento”. O ideal é capacitar os serventuários que tem formação superior para a aplicação das práticas vivenciais dentro do sistema judicial.

### **3.1.1 Advocacia Sistêmica e Modelo de Gestão**

A advocacia sistêmica tem como tema central a competência, a habilidade e o *modus operandi*. O modelo de gestão é centrado no advogado e na relação

com o cliente, consubstanciado em um viés favorável aos métodos autocompositivos a partir do olhar sistêmico, do autoconhecimento, inteligência emocional, competências relacionais, técnicas da profissão e competências transversais. Em alusão a este último, vale salientar que para o cliente entender sem distorções de significados, o advogado (a) deverá possuir habilidades específicas como estar apto em perceber na audiência o que o juiz precisa saber, a essência da questão, aprender a ouvir, elaborar perguntas com contexto sistêmico, não estimular a cultura da violência, “olhar” para o todo e não somente para uma parte, não julgar, usar de linguagem adequada do pensamento jurídico a luz da compreensão do “*senso comum*”.

Por isso, o advogado (a) sistêmico não atende como um “constelador”, pois se utiliza dos pensamentos sistêmicos que é uma nova forma de ver a ciência e se apoia nas “Leis sistêmicas” juntamente com as práticas adquiridas ao longo de sua formação, com visão epistemológica e metodológica de atuação, alterando seu modelo mental cartesiano para um novo paradigma de gestão do pensamento sistêmico (justiça sistêmica) de que tudo flui e movimenta, adquirindo uma nova postura na condução dos processos e na forma de atender o cliente. Passa a ter um olhar treinado para observar quais são as expectativas que o cliente tem do processo, quais são as expectativas do cliente em relação ao advogado(a), assim como a maneira de atuar no mercado de trabalho, cumprindo o seu papel enquanto advogado (a) e respeitando o Estatuto da Ordem dos Advogados, seus princípios e o Código de Ética ao qual está vinculado.

Portanto, vislumbra-se nesse paradigma uma ampliação de foco na medida em que passa a trabalhar o objeto em seu contexto, ambiente e relações envolvidas. Deve-se olhar para o que o contexto significa, isto é, que o mesmo deve compreender que tudo é conectado, como uma rede e, por isso é único. Desta maneira, passa-se a estabelecer inter-relações e conexões, pois pelo paradigma sistêmico “não se trata mais de reduzir o complexo ao simples – não reducionismo, mas de integrar o simples no complexo” <sup>24</sup>

Assim, o advogado (a) é um representante do cliente, o elo que se estabelece com o Poder Judiciário e que tem a função de facilitador (a) entre as partes na resolução do conflito. Normalmente são conflitos de interesses com

---

<sup>24</sup> VASCONCELLOS. 2013. p.113.

bases emocionais, que lhe são provocados a resolver com a expertise nas áreas do conhecimento humano, de forma que o cliente olhe para aquilo que não é visto.

O pensamento sistêmico aplicado ao Direito, coloquialmente chamado de Direito Sistêmico é a inserção desse novo paradigma da ciência de mudança de visão de mundo e do fazer ciência no meio jurídico.

Assim conceitua o Direito Sistêmico:

“[...] o Direito Sistêmico pode ser compreendido como um ramo da Ciência Jurídica, que busca e proporciona a viabilidade e o entendimento do Direito dentro de uma disciplina de convivência humanizada, tornando-o uma nova possibilidade para a adequação do comportamento humano, não pela coerção, mas pela conscientização através das ordens sistêmicas efetivando uma melhor dinâmica da Justiça e o alívio dos jurisdicionados. [...] A proposta do Direito Sistêmico, é passar a uma nova fase do Direito: sem julgamentos e com maior efetividade aos jurisdicionados pela tomada de consciência e responsabilização deles mesmos (de cada parte) pelas escolhas ao passo de considerar o Direito com uma ordenação complexa da vida e convivência humana.”<sup>25</sup>

Por isso, não se deve confundir o termo advocacia sistêmica com as constelações familiares sistêmicas, que vem sendo aplicadas no Judiciário brasileiro enquanto prática adequada na resolução de conflito e a pacificação social. O objetivo da advocacia sistêmica é formar o advogado (a) do presente e do futuro de forma a desenvolverem competências e habilidades para lidar com o ser humano integral constituído de mente, corpo e emoção que resultam em nossos atos.

### **3.2 Quem pode Constelar e quando não Constelar**

A constelação familiar é útil sempre que haja uma necessidade para uma ação ou decisão imediata (Hellinger Schule). Ela mostra as possibilidades e o caminho, uma vez que a decisão é pessoal. Neste sentir, pode-se conciliar a família com todo tipo de conflito; homem, mulher, jovem, adulto, crianças com conflitos de natureza escolar, agressão, bullying, TDAH, dependência, doenças, profissões, negócios, hierarquia e outras áreas da sociedade organizacional, institucional e etc.

Nos tribunais brasileiros a técnica foi introduzida no intuito de auxiliar nas resoluções de conflitos com práticas vivenciais de constelações sistêmicas familiares e com a criação de projetos de abrangência nacional como o Programa

---

<sup>25</sup> BADALOTTI. 2018. s.p.

Superendividados (CEJUSC – SUPER) no Distrito Federal, que foi criado com a finalidade de promover a prevenção, o tratamento e a resolução de conflitos envolvendo consumidores em situação de superendividamento, e também o Projeto “Constelar e Conciliar” Nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Brasília/ Riacho Fundo-DF.

Outro campo de atuação é o auxílio nas entidades fiscalizadas pelo Poder Judiciário como, por exemplo, as de acolhimento de crianças e adolescentes e as unidades de apoio para os que estão cumprindo medidas sócioeducativas, por permitirem uma resignificação de situações difíceis, vivenciadas entre tantos outros projetos desenvolvidos nos Tribunais brasileiros.

Por fim, as constelações sistêmicas familiares é uma terapêutica breve, orientada para decisões e possui limitações. Utilizando-se da expressão de há casos, inclusive, que incluiria um aviso “*não constele*”! “Abrir um campo de constelação é trazer à tona conteúdos do inconsciente individual e coletivo que, por vezes, o atendido poderá não conseguir elaborar, de imediato, de forma harmônica”<sup>26</sup>.

Baseando-se neste conceito, os jurisdicionados por livre e espontânea vontade aceita ou não constelar, não podendo haver nenhuma imposição do Poder Judiciário, não dependendo de qualquer manifestação volitiva do magistrado. Assim, existem outras hipóteses para não constelar como por motivo de doença incapacitante severa, drogadição, pessoas em surto psicótico, processos depressivos graves ou em uso de medicação que necessite de acompanhamento médico.

Nesta seara, Bert Hellinger, em seu livro *Ordens da Ajuda*, elenca cinco passos essenciais de “ajuda” ao atendido, e demonstra uma maneira de deixá-lo imediatamente em sua independência, quando ele percebe o essencial para si.

Primeira ordem da ajuda: “dar apenas o que se tem e somente esperar e tomar o que se necessita”

Segunda ordem: “e nos submetemos às circunstâncias e somente interferir e apoiar à medida que elas o permitirem”; Essa ajuda é discreta e tem força.

Terceira ordem: “que o ajudante também se coloque como adulto perante um adulto que procura ajuda” não agir como os pais do cliente.

Quarta ordem: “empatia do ajudante deve ser menos pessoal, sobretudo sistêmica”.

---

<sup>26</sup> VIEIRA. 2019. p. 228

Quinta ordem: “o amor a cada uma como ele é, por mais que ele seja diferente de mim, está a serviço da reconciliação”.<sup>27</sup>

Neste sentido, a técnica de utilização das constelações sistêmicas no judiciário será eficaz quando houver condições razoáveis para que o atendido (cliente) utilize desta ferramenta pré-processual ou no curso do processo, subsidiada pela Lei 13.140/2015 de mediação que dispõe sobre a solução de controvérsia entre particulares e autocomposição de conflitos na Administração Pública, que amplia a cidadania e o direito constitucional de acesso à justiça, que é um direito social básico garantido pelo artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal.

#### **4 APLICAÇÃO DO DIREITO SISTÊMICO NOS ESTADOS FEDERATIVOS DO BRASIL**

O judiciário brasileiro agora é sistêmico, um caminho sem volta.

Seguindo esse desafio e afim de se tornar cada vez mais a realidade da emenda constitucional 45/2004, que é a reestruturação do Poder Judiciário e a busca de uma justiça mais célere e efetiva, as constelações sistêmicas surgiram com força no sistema judicial em 2015, a partir da análise do direito sob uma ótica baseada nas ordens superiores que regem as relações humanas, segundo a ciência das constelações sistêmicas, tendo como posturas sistêmicas a fenomenologia Hellingeriana.

Porém, o primeiro Estado a constelar foi o da Bahia em 2012, por iniciativa do juiz de direito Sami Storgh, onde obteve resultados expressivos de imediato nas varas de família e criminal de Amargosa e Castro Alves, ganhando menção honrosa do CNJ, em 2015, pelo Projeto “Constelações na Justiça”. Atualmente são 17 Estados Federativos brasileiros que passaram a utilizar das técnicas da terapia breve aplicadas ao Direito sistêmico em auxílio à autocomposição dos conflitos no Poder Judiciário assim representado:

---

<sup>27</sup> HELLINGER, Bert. Ordens da Ajuda. 2003.





Olhares e Fazer. O Judiciário Brasileiro agora é Sistêmico. 2019

Por conseguinte, várias instituições debruçaram sobre o Direito Sistêmico desenvolvido por Sami Storch. A OAB de Juiz de Fora, por meio da Constelari Núcleo de Desenvolvimento Humano e as OABs estaduais estão criando comissões de Direito sistêmico, promovendo eventos voltados para as técnicas sistêmicas como recurso no Judiciário promovendo workshops, seminários, palestras, cursos de extensão em Direito Sistêmico em caráter interdisciplinar e aperfeiçoamento do conhecimento no âmbito jurídico.

O Conselho Nacional de Justiça divulgou que:

“a medida está em conformidade com a Resolução 125/2010 CNJ, que estimula práticas que proporcionam tratamento adequado dos conflitos de interesse do Poder Judiciário”.<sup>28</sup>

#### 4.1 Desjudicialização

A sociedade tem por hábito a cultura de litigar por vislumbrar no Poder Judiciário a única forma de acesso à justiça. Segundo dados do CNJ, de 2018, existem 102.000.000 milhões de processos tramitando na justiça em um país de 200 milhões de habitantes o que torna cada vez mais ineficiente e moroso a prestação jurisdicional.

<sup>28</sup> CNJ. Resolução 125/2010. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/>>. Acesso em: 21 Nov. 2019.

“Magistrados, servidores e demais trabalhadores do judiciário atuam em 90 tribunais, disseminados em 15.398 unidades judiciárias de primeiro grau em todo território nacional”. Dos 5.570 municípios brasileiros, 2.697 (48,4%) são sedes de comarcas na Justiça Estadual, a Justiça do Trabalho está presente em 624 municípios e a Justiça Federal em 279 municípios.

Todavia, é relevante o empenho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que dispõe na resolução 125/2010 no art.1º, “a criação de Políticas Públicas como tratamento adequado dos conflitos de interesse”, tendo como objetivo desburocratizar e facilitar o acesso à justiça como uma garantia do Estado Democrático de Direito, disponibilizando ferramentas alternativas para desafogar o Poder Judiciário.

O Processo civil contemporâneo traz de forma inovadora em seus arts.165 a 167 meios de autocompositivos (mediação e conciliação) e no art. 334 caput, cria como regra as audiências prévias de conciliação, objetivando a celeridade processual e a pacificação social. Mesmo diante de esforços conjuntos dos que promovem uma mudança de paradigma, percebe-se que “a justiça se manifesta no direito, mas está além dele” pelo fato do direito não conter a justiça em absoluto. Nesse sentido, Antonio Carlos Ozório Nunes reforça que:

“[...] a adoção de uma política pública que incentive os valores, atitudes e comportamentos para fomentar os meios autocompositivos vem em boa hora, pois trará consigo a promoção da não litigiosidade, da civilidade e do respeito ao próximo. Esses meios possibilitam a resolução dos conflitos através do diálogo, de negociação, da construção do consenso, da não violência ativa, e trazem mais humanismo e solidariedade.”<sup>29</sup>

Hans Kelsen relata que o senso de justiça está implícito a todo homem social. Em seu livro *O que é justiça*, o filósofo do direito defende que o ideal de justiça não deve ser absoluto e desenvolve a ideia de que é possível que a teoria jurídica ou o direito positivado contrarie um mandamento de justiça sem que, para isso seja invalidado. Assim, verifica-se que o direito é uma tentativa humana de se alcançar a justiça. Os sistemas jurídicos são criados com esse fim, E dentro desse propósito, a justiça humana tem suas limitações.<sup>30</sup>

Sami Storgh, juiz de direito, comunga neste sentido de que: “A aplicação da lei fria resolve o processo, mas não resolve o problema.”

<sup>29</sup> NUNES, Antonio Carlos Ozório. Manual da Mediação. Guia Prático da Autocomposição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p.43.

<sup>30</sup> VIEIRA, p. 247 e 248. 2019.

Nesse aspecto, a busca de promover uma Justiça mais célere e efetiva exige dos legisladores um comprometimento constante na promoção de mudanças legislativas, pois visa minimizar não somente o volume de processos que demandam na justiça brasileira a espera de uma decisão, assim como os gargalos que permanecem na morosidade na fase de execução e a redução dos processos na fase de conhecimento.

#### **4.1.1 Projeto de Lei proposto à Comissão de Legislação da Câmara dos Deputados**

A proposta desta Lei é incluir a Constelação Sistêmica como meio adequado na resolução de conflitos conforme as diretrizes da Lei 13.140/2015 do CNJ, tendo como princípios a imparcialidade, informalidade e autonomia da vontade das partes, a busca da solução do conflito pautados na boa-fé, podendo ser aplicada antes das mesas de conciliação e mediação de forma pré-processual ou endoprocessual.

“O Projeto de Lei nº 9.444 de 2017 dispõe sobre o emprego da constelação sistêmica como instrumento de mediação entre particulares a fim de assistir à solução de litígios. Foi proposta por meio de uma sugestão legislativa na Comissão Legislativa Participativa da Câmara dos Deputados. [...]. A propositura de uma sugestão legislativa feita pela Associação Brasileira de Consteladores foi homologada sob o número SUG 41/2015, e distribuído para a relatoria da Deputada Érica Kokay que deu parecer favorável, posteriormente sendo aprovada com unanimidade na Comissão de Legislação Participativa, sendo numerada sob a Lei nº 9.444/2017, [...] e distribuída para comissões temáticas ligadas à matéria, para apreciação do mérito. Fase na qual o Projeto de Lei se encontra hoje, de acordo com acompanhamento feito no site da Câmara dos Deputados, o Projeto aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para emitir um parecer que sendo favorável, seguirá os trâmites legais até sua recepção ou não como Lei no nosso ordenamento. Portanto, a Constelação segue os moldes da mediação [...] como um novo método de solução consensual de litígios, a partir da aprovação do Projeto de Lei em questão.”<sup>31</sup>

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

“No dia em que o direito conseguir dizer o afeto dentro de sua própria doutrina, definitivamente estará contemplando a pessoa humana no lugar

---

<sup>31</sup> KAROLLINA, Ana Benedetti Bettoni. Constelação Sistêmica como consensual de solução de litígios. 2018. Disponível em: < <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51797/constelacao-sistematica-como-instrumento-consensual-de-solucao-de-litigios>>. Acesso em 22 Nov. 2019.

do sujeito de direito” Assim, a assertiva de Saint-Exupéry: “Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”.<sup>32</sup>

No presente estudo, podemos concluir que a constelação sistêmica enquanto método fenomenológico é um recurso a mais na aplicação da técnica de terapia breve que atua por representações e/ou imagens, voltada para a solução de conflitos dentro de um sistema familiar, institucional e/ou organizacional. Não substitui a psicoterapia clínica que é um trabalho de autoconhecimento com o olhar para si e suas relações;

No Direito Sistêmico, esta técnica se evidencia por meio das constelações e é aplicada sob o olhar fenomenológico na ótica das leis “Ordens do Amor”, de Bert Hellinger, que rege os relacionamentos. São leis naturais e superiores à vontade das pessoas e do aplicador da lei, a qual foi adaptada pelo juiz Sami Storgh, dentro da perspectiva judicial que é de olhar para os conflitos que chegam ao judiciário brasileiro, uma vez que os problemas, não sendo solucionados, tem maiores chances de retornarem em outro processo, surgindo uma “nova ação” e assim sobrecarregando o Poder Judiciário que já está saturado de demandas.

Verifica-se uma rápida expansão pelo país com resultados surpreendentes, dos quais têm se apresentado nas iniciativas de aplicação sistêmica fenomenológica coadjuvante da conciliação e mediação nos tribunais brasileiros, podendo constatar o aumento de acordos em estágios conciliatórios e a redução de reincidência. Conforme dados estatísticos do Conselho Nacional de Justiça (Justiça em números, 2019) houve um aumento de 11,5% de acordos em sentenças homologatórias, 13,2% de conciliação em 1º grau, na fase de conhecimento nos juizados especiais e um aumento de 16%, sendo 18% na justiça Estadual e 11% na justiça Federal. A Justiça que mais fez conciliação foi a do Trabalho com até 48% apenas na fase de conhecimento.

Pode-se afirmar que as constelações podem colaborar com uma melhora visível nos relacionamentos de forma geral. Há uma evolução de patamares de conscientização de uma justiça mais humanizada nos tribunais envolvidos com este recurso de olhar não para o conflito e sim para a solução, aliada às já existentes, oportunizando várias frentes de trabalho com a participação espontânea de serventuários, mutirões de audiências, crescente diálogo entre as

---

<sup>32</sup> HIRONAKA, Giselda. Responsabilidade Civil nas relações de Direito de Família. 2018. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/29464/responsabilidade-civil-nas-relacoes-de-direito-de-familia>>. Acesso em: 21 Nov. 2019.

partes, advogados mais participativos, assumindo uma posição de ajuda a um clima positivo de satisfação frente ao momento crítico da Justiça, enquanto aguarda-se a promulgação do PL 9.444/2017, na qual trará uma melhora na qualidade do atendimento das mesas de conciliação e mediação, aliada à constelação sistêmica familiar, aproximando a comunidade ao Poder Judiciário e tornando-se mais efetivo o ideário de justiça no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lêda A. Araripe, em sua obra - A família e suas Heranças Ocultas. 1ª Edição. Ebook Kindle. 2016.

ANGHER, Anne Joyce (Org.). Vade Mecum compacto de Direito. Editora Rideel. 13ª Edição. São Paulo, 2012.

AZEVEDO, André Gomma. O processo de negociação: uma breve apresentação de inovações epistemológicas em um meio auto compositivo. Revista dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Brasília, nº 11. 2001. p.13 à 24.

BADINI, Luciano. Negociação para membros do Ministério Público. 2017.110 slides.

CNJ. Resolução 125/2010. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/>>. Acesso em: 21 Nov. 2019.

DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 15. Ed. Salvador: JusPodivm. 2016, p. 272.

FRANCO, Divaldo Pereira. Constelações Familiares. Editora Leal. 2008. p.24.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu e outros trabalhos. Vol. XIII. p100. Disponível em <[http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/clubedeleituras/ipload/e\\_livros/clle000164.pdf](http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/clubedeleituras/ipload/e_livros/clle000164.pdf)> Acesso em 06 Nov. 2019.

GARLET, Ana. As 3 Leis do Relacionamento Humano. Disponível em :<<https://iperoxo.com/2016/01/19/as-3-leis-do-relacionamento-humano-trazidas-por-hellinger-e-que-sao-a-base-das-constelacoes-familiares/>> Acesso em 09 Nov. 2019.

HELLINGER, Bert. Constelações Familiares. Editora Cultrix, 16ª reimpressão. 2019. p. 12.

HELLINGER, Bert. Ordens do Amor. Editora Cultrix. 12ª reimpressão. 2018. p.17.

HELLINGER, Bert. A Cura. Editora Cultrix. 2017. p.17.

HELLINGER, Bert. A Simetria Oculta do Amor. Editora Cultrix. 12ª Edição. 2008.

HELLINGER, Bert. Ordens da ajuda. Editora Atman. 1ª Edição. 2003.

HIRONAKA, Giselda. Responsabilidade Civil nas relações de Direito de Família. 2018. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/29464/responsabilidade-civil-nas-relacoes-de-direito-de-familia>. Acesso em: 21 Nov. 2019.

KAROLLINA, Ana Benedetti Bettoni. Constelação Sistêmica como consensual de solução de litígios. 2018. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51797/constelacao-sistemica-como-instrumento-consensual-de-solucao-de-litigios>>. Acesso em 22 Nov. 2019.

LEVY, Fernanda. Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça: Leitura comentada, 2011. Disponível em <<https://www.mediare.com.br/resolucao-n-125-do-conselho-nacional-de-justica-leitura-comentada>> Acesso em 17 Out. 2019.

NUNES, Antonio Carlos Ozório. Manual da Mediação. Guia Prático da Autocomposição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p.43.

OLIVEIRA, Décio Jr; MAGALHÃES, José. Um novo olhar para a resolução de conflitos. Ebook. p.6.

ROSENBERG, Marshall. Comunicação não violenta. 2006. p.19.

STORGH, Sami. Direito Sistêmico. 2019.

STORGH, Sami. Formação Constelação Familiar e Sistêmica segundo Bert Hellinger. 2019. Disponível em <<https://iperoxo.com/2017/04/11/seminario-do-direito-sistemico-em-florianopolis-as-constelacoes-familiares-de-berthellinger-no-judiciario/>>. Acesso em: 15 Nov. 2019.

VIEIRA, Adhara Campos. Constelação Sistêmica no Judiciário. Editora D'Plácido. 2ª Reimpressão. 2019. p. 228.

YARSHELL, Flávio Luiz. Para pensar a Semana Nacional da Conciliação. Folha de São Paulo. 2009. p.A3.